

publicação/publicación de



Trabalho/Trabajo

Brasil – uma fotografia do mercado de trabalho

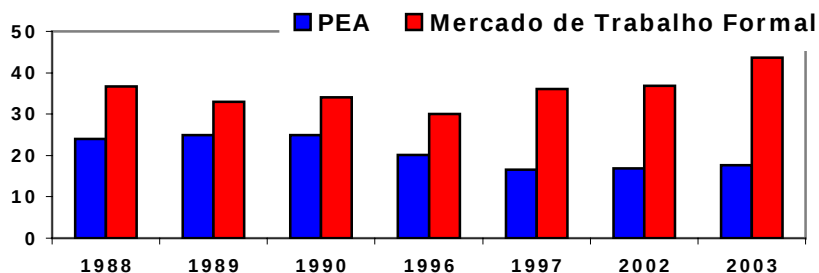
Gênero - O nível do emprego masculino em 2003 foi o menor desde o início da série do IBGE, em 1992. Do total de homens com dez anos ou mais de idade, 67,2% estavam trabalhando no ano passado. Em 2002, o índice era de 67,8%. Em 1992, era de 72,4%. Já o nível de mulheres empregadas permaneceu o mesmo de 2002 para 2003 -44,5%. Em 1992, 43,4% das mulheres com dez anos ou mais trabalhavam.

Apesar disso a remuneração média do trabalho feminino permaneceu em patamar muito inferior ao do masculino, apesar da melhora ocorrida em dez anos. Em 1993, o rendimento médio das mulheres representava 59% do recebido pelos homens. Em 2003, ficou em 69,3%.

Em relação ao emprego, a categoria que mais se expandiu de 2002 para 2003 foi a dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, que, segundo o IBGE, tem predominância feminina.

Sindicalização - Aumentou em 6,4% o número de pessoas sindicalizadas. De 2002 para 2003, o nível de sindicalização passou de 16,8% para 17,7% da população ocupada com dez anos ou mais de idade. A PNAD mede a porcentagem de sindicalizados em relação a toda a População Ocupada, se tomasse apenas o mercado formal de trabalho o percentual seria 43%.

Índice de Sindicalização



Fonte: PNAD-IBGE – elaboração e estimativas próprias

Promoção / Promoción



Coordenadora de
Centrais Sindicais do
Cone Sul

Edição / Edición

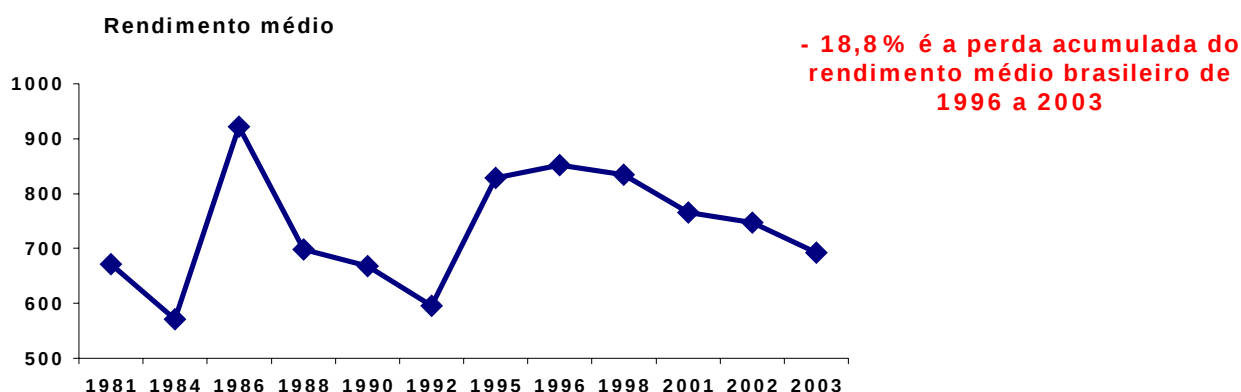


Consultoria Econômica Social Integrada- CESI

O grupo mais sindicalizado do país é o formado por empregados de atividades industriais, excluindo a indústria de transformação, com 34,7%. Em segundo lugar ficou o grupo da educação, saúde e serviços sociais (29,2%), seguido pelo da administração pública (26,6%). A proporção de pessoas sindicalizadas ficou em apenas 1,6% no grupo dos serviços domésticos e em 6,9% no da construção.

Previdência Social - O levantamento do IBGE mostra que também aumentou o número de contribuintes da Previdência - elevação de 4% de 2002 para 2003, contra 2,4% de 2001 para 2002. A proporção de contribuintes da Previdência em relação à população ocupada atingiu 46,4%, a maior desde 1992. Para o IBGE, o incremento no emprego com carteira assinada, que concentra a maioria dos contribuintes, foi uma das causas principais para o aumento do índice.

Mercado Informal de trabalho - segundo estimativas, 11 milhões de empresários e 43 milhões de trabalhadores que hoje estão na informalidade - mais da metade da população ocupada no país, estimada em 80 milhões de pessoas.



Fonte: PNAD-IBGE 2003 (*Folha de São Paulo*, 30/09/04)

La Corte Suprema da vía libre a los juicios por accidentes laborales - La Corte Suprema ayer declaró inconstitucional el artículo 39 de la Ley de Riesgos de Trabajo. Ese artículo impedía a los trabajadores, en el caso de sufrir un accidente de trabajo, reclamar ante la Justicia una indemnización mayor a la fijada por el sistema de ART.

La Corte señala que las ART deberán seguir brindando las prestaciones y pagar las rentas e indemnizaciones que marca la ley de riesgos laborales. Y si la Justicia determina una suma superior, los empleadores deberán cubrir la diferencia.

La Ley de Riesgos del Trabajo, que entró en vigencia en julio de 1996, creó un sistema especial obligatorio para los accidentes laborales a cargo de las ART.

Contra el pago de una cuota mensual a cargo de los empleadores, la ley determinó que tanto la atención médica como las eventuales indemnizaciones o rentas quedaban a cargo de las ART, que debían abonar al trabajador accidentado, o a sus familiares en caso de fallecimiento, una indemnización o una renta mensual tarifada, con topes, según el grado de incapacidad, sueldo y edad del trabajador. (*Clarín*, 22/09/04)

Propuesta para la igualdad de mujeres y hombres en el empleo - La Comisión Tripartita del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social presentó un documento básico para la elaboración de un Plan Nacional de Igualdad en el Empleo. Dieciséis objetivos contemplan los principales problemas de las mujeres para acceder y permanecer en el mercado de trabajo, detallando acciones para superarlos y construir una cultura de equidad en materia laboral.

El documento desarrolla en propuestas para la acción dieciséis objetivos, que apuntan a equilibrar las oportunidades de mujeres y hombres en el mercado laboral. Acceso y promoción igualitaria, formación profesional equitativa, disminución de la brecha salarial, participación de mujeres en la representación gremial, negociación colectiva y diálogo social; acceso femenino a recursos productivos y desarrollo de capacidad empresarial, incremento de la protección social y disminución de niveles de pobreza a través del empleo, integración regional con enfoque de género, son algunos de esos objetivos.

Destacan la efectiva protección de la maternidad, la distribución equitativa de las responsabilidades familiares y la construcción de una cultura de igualdad aplicada al mundo del trabajo.

Tanto las cámaras empresariales como el PIT-CNT se comprometieron a apoyar la implementación del Plan Nacional de Igualdad en el Empleo que resulte del debate en torno al documento base presentado, en el que se procurará involucrar al espectro social más amplio posible. (*La Republica*, 23/09/04)



Presidentes discuten linha de financiamento - Os presidentes do Brasil e da Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, discutiram na manhã de ontem a abertura de linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiar produtos argentinos, afirmou o chanceler brasileiro, Celso Amorim. Os dois presidentes e o ministro estão nos EUA para participar da abertura da Assembléia Geral da ONU, cujos debates principais começam hoje.

Até então, a possibilidade -parte da estratégia de Lula para tornar o banco de fomento um instrumento de integração sul-americana- só havia sido discutida na esfera ministerial. "O café da manhã com o presidente Kirchner foi um encontro muito positivo", disse Amorim. Apesar do tom otimista, o ministro fez ressalvas em relação às propostas feitas pelo ministro da Economia da Argentina, Roberto Lavagna, que esteve no Brasil recentemente. "As propostas estão sendo estudadas com todo cuidado, mas entendemos que podemos ter problemas imediatos. O objetivo não é um ou outro país do Mercosul proteger o passado, mas sim criar condições de termos maior competitividade."

O BNDES anunciou na última semana que abriria um escritório em Buenos Aires -sua primeira sucursal no exterior- para administrar a extensão do financiamento de bens de capital aos parceiros do Mercosul. "Para haver a abertura de certas linhas do BNDES, há determinadas condições que precisam ser especificadas, dentro do esquema de fortalecimento das cadeias produtivas do Mercosul."

Os dois mandatários também discutiram o investimento da Petrobras no gasoduto San Martin, que se estende de Buenos Aires ao sul do Brasil. "Ainda continuamos trabalhando a questão." O chanceler também negou a existência de atritos com o país vizinho. "Não vejo grandes tensões entre os dois países. É lógico que sempre há um setor ou outro, numa relação íntima como é a do Brasil com a Argentina, que de vez em quando podem se sentir atingidos -ou porque seu mercado está sendo tomado ou porque você se sente no direito de tomar aquele mercado." *Folha de SP*, 21/09/04

BNDES firma abertura para o Mercosul – A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai aprovar hoje medida inédita que permitirá ao banco estatal de fomento ampliar a abrangência de suas linhas de financiamento, passando a apoiar também determinados produtos fabricados no Mercosul. Ou seja, o BNDES passará a considerar como produto nacional peças e componentes fabricados por empresas estabelecidas no Mercosul, cujo controle acionário seja de pessoas residentes e domiciliadas em qualquer um dos países do bloco do Sul (formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Isso significa que essas peças e componentes, integrantes de um equipamento acabado, também fabricado no Mercosul, poderão ser financiados pela Finame - linha de crédito destinada à aquisição de máquinas e equipamentos e que exige índice de nacionalização entre 60% e 90%, conforme o produto.

"A finalidade é fortalecer o empresariado do Mercosul, financiando a cadeia produtiva de empresas da região", explica o vice-presidente do BNDES, Darc Costa, empenhado no projeto de fortalecimento do Mercosul.

A medida, aparentemente pontual, embute uma estratégia maior do banco, que é a de criar um conceito de "produto Mercosul", passível de financiamentos pela instituição brasileira. Nessa mesma direção, o BNDES está apto a financiar também importações de produtos Mercosul realizadas por empresas brasileiras, instaladas no Brasil.

Com a ampliação de seus financiamentos a países do Mercosul, além do Brasil, o BNDES vai assumindo, na prática, a condução e a execução da política de integração regional sul-americana do governo Lula. Joga a favor o poder de fogo do banco, com mega-orçamento de R\$ 47,3 bilhões este ano, que pulará para R\$ 60 bilhões em 2005. Nesse processo, já tem abertas linhas de crédito para Argentina (de até US\$ 1 bilhão), Venezuela (mesmo valor) e para Bolívia (US\$ 600 milhões), que pretende ver aplicadas em obras de infra-estrutura. (*Jornal do Brasil*, 27/09/04)

Brasil tiende una mano para alentar el uso de auto partes argentinas - En medio de las negociaciones con Brasil por las asimetrías de la industria automotriz, Argentina propondrá un esquema para incentivar la compra de auto partes locales por parte de las empresas radicadas en el país vecino. Si hay acuerdo, los fabricantes argentinos podrían beneficiarse indirectamente de las ventajosas condiciones de financiamiento que ofrece el socio mayor del Mercosur.

Las divergencias de desarrollo entre las dos industrias hicieron que Argentina anunciara que en el 2006 no se liberará el comercio entre los dos países, tal como estaba previsto. La propuesta del Gobierno es armar un esquema de transición que permita ir avanzando sobre las asimetrías. Uno de los problemas centrales es la dificultad de los argentinos para acceder a financiamiento en condiciones tan beneficiosas como las que obtienen los brasilenios a través del BNDES. Por este sistema, las empresas radicadas en Brasil se financian a tasas del 1,5% que les permiten tener costos de producción más bajos que los de los argentinos.

Argentina propondrá modificar las reglas del BNDES para que los créditos blandos lleguen también a empresas radicadas en Brasil que utilizan una alta proporción de componentes argentinos.

Hasta ahora, la ley establece que el BNDES sólo puede financiar a compañías que utilicen, como mínimo, un 60% de componentes brasileños en la fabricación de sus autos. Ayer, el secretario de Relaciones Internacionales, Martín Redrado, dijo que el pedido argentino será que se modifique esa norma "para bajar al 20% la exigencia de componentes brasileños. Y queremos que se especifique que el 80% restante deberá provenir del Mercosur".

Uno de los debates en torno a la industria automotriz es el nivel de especialización de Argentina y Brasil. Del otro lado de la frontera se fabrican autos chicos, mientras que de este lado la industria se concentra en modelos más caros. (*Clarín*, 16/09/04)

Diferenças com Kirchner continuam - Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner, da Argentina, não parecem ter superado, em café da manhã, ontem, no hotel Waldorf Astoria, as divergências criadas entre os dois países pela recente decisão de Buenos Aires de renegar o acordo de liberalização do comércio de automóveis entre os dois países. Foi o primeiro encontro entre Lula e Kirchner desde o anúncio da decisão, que provocou mais um curto circuito nas relações entre os dois principais sócios do Mercosul.

Numa crítica velada às propostas de revisão do acordo automotivo que o ministro da Economia argentino, Roberto Lavagna, levou na semana passada a Brasília, o chanceler Celso Amorim disse: "Entendemos que possa haver problemas que exijam medidas excepcionais, mas o objetivo, para um ou outro país do Mercosul, não deve ser proteger o passado que existia há 15 anos, mas sim criar condições em relação ao futuro, até em relação a outros países, como a União Européia." Bielsa e Amorim informaram que os dois presidentes conversaram também sobre as perspectivas do acordo com a UE, cujas negociações estão em fase final.

Institucionalização - De acordo com o ministro das Relações Exteriores, Rafael Bielsa, no tema sobre "a integração de cadeias produtivas" é preciso atuar em duas frentes: a criação de foros empresariais dos países do Mercosul capazes de desenvolver estratégias regionais e "a necessidade de substituir o diálogo pontual sobre problemas por instrumentos institucionais".

Indagado se a institucionalização que tem em mente envolve, como na Europa, a cessão de soberania a uma instância supranacional, o chanceler argentino disse que "todo processo de integração é uma visão superior de soberania, feita não mais apenas no âmbito nacional, mas no regional". Para o chanceler brasileiro a idéia de uma maior institucionalização do Mercosul está posta e será discutida ainda este ano em nova reunião em Ouro Preto, que marcará o décimo ano da criação do Mercosul. (*Valor Econômico*, 21/09/04)

Lula promete US\$ 25 millones para programas sociales en Paraguay- "Hablamos con el presidente Lula, una vez más, sobre la deuda de Itaipú con Eletrobras", comenzó diciendo Duarte Frutos durante una breve conversación en el hall del Hotel Intercontinental. Dijo que Luis Inacio Lula da Silva le había comentado que las negociaciones para obtener recursos que podemos destinar a programas sociales están muy bien encaminadas.

Añadió que en principio el Gobierno paraguayo ha solicitado 25 millones de dólares y que dicha suma será destinada a inversiones sociales, un tema acuciante en nuestro país, teniendo en cuenta las carencias existentes.

Las trabas tenidas en el Brasil para el tránsito de la soja paraguaya por el territorio vecino serán resueltas favorablemente, según indicó también el Jefe de Estado. "Ese tema está prácticamente solucionado", afirmó, pero aclaró que no tenía los detalles.

Duarte Frutos le había expuesto en la ocasión que no existe a nivel mundial ningún préstamo conocido que utilice esa fórmula e insistió en que esta medida posibilitará reducir las tarifas eléctricas vigentes en ambos países, para beneficiar a los consumidores y reducir, por ende, los costos de producción. El mandatario paraguayo señaló que esto posibilitará la creación de un fondo social para luchar contra la pobreza. *ABC Collor*, 22/09/04

Vázquez: "Nuestro compromiso con el Mercosur es irreversible"- El candidato a la Presidencia de la República por el EP-FA/Nueva Mayoría, Tabaré Vázquez, reafirmó su compromiso con el Mercosur y aseguró que si llega al gobierno trabajará por el fortalecimiento de esa unión aduanera, durante un almuerzo con cerca de un centenar de empresarios en la sede de la Federación de Industrias del Estado de Sao Paulo (Fiesp), la patronal más influyente de Brasil, debido a que sus empresas representan el 42% de la producción y el 14% del PBI de todo ese país.

Vázquez, que fue presentado por el director del Departamento de Relaciones Internacionales de la Fiesp, Maurice Costin, como "futuro presidente", aseguró que si resulta elegido pondrá en marcha un proyecto de desarrollo sostenido mediante cambios responsables que aumentarán la confianza de los inversores extranjeros y de los propios uruguayos en el país. Previo a estas declaraciones, Vázquez dijo que desde el gobierno buscará líneas de crédito con el Banco Estadual de San Pablo, que tiene un mayor capital de giro que el Fondo Monetario Internacional. La idea es que con esos recursos se instrumenten acuerdos para desarrollar proyectos comunes entre los dos países, en ciencia y tecnología.

En Porto Alegre el encuentro fue con la Cámara de la Industria y el Comercio Uruguay- Brasil, reunión en la que pudo responder a las preguntas de los invitados. Al finalizar el evento un pequeño grupo de uruguayos, unos diez, irrumpió con banderas uruguayas y del Frente Amplio, coreando "y ya lo ve y ya lo ve, el Presidente es Tabaré", actitud que fue bien aceptada por los participantes. Vázquez aceptó fotografiarse con ellos. (*La Republica*, 17/09/04)



Vuelven a negociar con Brasil por los electrodomésticos - Los fabricantes de electrodomésticos volverán esta semana a pedir un freno a las importaciones desde Brasil. Desde mañana, y hasta el jueves próximo, se reunirán en la Secretaría de Industria Argentina con sus pares brasileños y con representantes de ambos gobiernos para intentar cerrar acuerdos de auto limitación con el socio mayor del Mercosur. Los industriales quieren soluciones en el largo plazo, más allá de que las importaciones se han acotado en los últimos dos meses mediante acuerdos temporarios.

Mañana se concretará el primero de estos encuentros, con la participación de los fabricantes de cocinas. Ese sector está regulado gracias a un acuerdo que hicieron de palabra empresarios argentinos y brasileños impulsados por los gobiernos. Los resultados fueron que durante el último mes y medio el ingreso de cocinas brasileñas en el país pasó de ser el 29% del mercado a menos del 20 por ciento.

En tanto, quienes se dedican a vender heladeras y lavarropas automáticos con centrifugado se contactarán pasado mañana. Estos rubros atraviesan situaciones diferentes. En las heladeras, el ingreso desde Brasil alcanzaba, hace dos meses, al 72% del mercado.

Las negociaciones derivaron en la aplicación de un cupo de 18.500 unidades mensuales para agosto y septiembre. Hace dos semanas, el gobierno argentino suspendió totalmente la importación de heladeras desde Brasil porque el cupo ya estaba completo.

En lavarropas, la importación alcanzaba al 51% del mercado argentino en julio, y la aplicación de la misma resolución del ministro Roberto Lavagna frenó por completo los ingresos, para dejar la balanza en 44% para cada uno. Si el encuentro desemboca en un acuerdo, el gobierno argentino decidirá eliminar las licencias no automáticas. Por último, con los televisores, cuya reunión será el jueves, todo está sin empezar. La Argentina aplica una salvaguardia del 21,5% al ingresos de aparatos de la zona franca de Manaus. *(La Nación, 27/09/04)*

Cota brasileira não sai por falta de acordo sobre mercado argentino - Negociadores argentinos e brasileiros estão tendo dificuldades para chegar a um acordo com relação ao tamanho do mercado argentino, uma informação básica sobre a qual representantes dos dois países vão definir o volume das exportações brasileiras de eletrodomésticos e calçados para a Argentina até o fim do ano.

Com a economia argentina em crescimento, os exportadores brasileiros querem rever os números sobre a demanda argentina para esses produtos. Por exemplo, a indústria argentina estima que o mercado tenha capacidade para adquirir cerca de 560 mil geladeiras em 2004 e quer oferecer uma cota de 260 mil para os fabricantes brasileiros.

Os produtores brasileiros, por sua vez, crêem que, com o crescimento de 6,5% da economia estimado para este ano, o mercado argentino de geladeiras em 2004 é capaz de consumir por volta de 700 mil unidades, e quer abastecer o vizinho com 310 mil unidades. Por causa de indefinições como essas, ainda não há acordo sobre como será administrado o comércio de eletrodomésticos entre os parceiros até o fim do ano.

Negociadores dos dois lados vão continuar se reunindo em outubro para tentar estabelecer novos critérios. Ontem, o secretário de Comércio Exterior do Brasil, Ivan Ramalho, reuniu-se com representantes das indústrias dos dois países e com o secretário de Indústria da Argentina, Alberto Dumont.

Reuniram-se os fabricantes de fogões, geladeiras, máquinas de lavar roupa e de calçados. Hoje será a vez dos produtores de televisores. *(Folha de SP, 30/09/04)*

Argentina quer menos sapatos brasileiros - O secretário de Indústria argentino, Alberto Dumont, pediu ontem que a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) não aumente as exportações para a Argentina. Dumont acatou pedido das empresas locais, que se queixam de suposto excesso das vendas brasileiras de calçados para

aquele mercado. O secretário também pediu que os fabricantes dos dois países cheguem a um acordo, ou pelo menos a "um pacto de cavalheiros", que permita o desenvolvimento da indústria nacional a médio prazo e evite os conflitos, segundo porta-vozes oficiais do governo argentino.

Dumont reuniu-se ontem com o presidente da Abicalçados, Elcio Jacometti, e diretores de empresas brasileiras para analisar a situação de conflito provocada pelas denúncias da indústria argentina sobre uma suposta "invasão" dos sapatos brasileiros. Neste sentido, disseram as fontes, foi analisada a situação do mercado local depois que as empresas asseguraram que o Brasil está perto de atingir a quota de entrada de 13 milhões de pares de sapatos, que tinha sido pactuada com as companhias brasileiras.

Segundo Jacometti, entre janeiro e agosto, foram exportados para a Argentina 7 milhões de pares, motivo pelo qual seria "muito difícil" superar 13 milhões de pares neste ano. Além disso, o presidente da entidade assegurou que "não houve acordo algum" com as empresas argentinas para fixar cotas de entrada. De acordo com Jacometti, o montante de 13 milhões de pares corresponde a "uma previsão" de exportações que a Abicalçados fez para 2004.

Os empresários brasileiros também analisaram com Dumont o andamento das negociações comerciais do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) com a União Européia, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e outros países ou blocos. O presidente da Abicalçados disse que saiu "muito satisfeito" da reunião com Dumont, a quem advertiu que o Mercosul "deve estar muito atento" ante o desafio comercial que a China representa. (*Gazeta Mercantil*, 30/09/04)

Plan para la construcción de buques en astilleros del país - El presidente Néstor Kirchner encabezó el acto de lanzamiento de un plan para la construcción de 141 buques en astilleros de la Argentina durante los próximos tres años por 741 millones de pesos.?

La construcción de esos buques impulsará la creación de 30 mil puestos de trabajo con el fin de reactivar la industria naval y la marina mercante.?

El plan estará basado en el sistema de "leasing naval" -alquiler con opción a compra- y la operatoria se realizará a través del Banco Nación, que otorgará una línea crediticia con una tasa del 5 por ciento anual.?

Kirchner manifestó que desde el Nación se está "generando un instrumento, un punto de inflexión muy importante, que va a funcionar de manera excelente y seguirá dándole la potencialidad que nuestra economía necesita en todos sus aspectos".?

El acto se realizó en el Salón Blanco de la Casa de Gobierno y participaron el ministro de Planificación Federal, Julio De Vido, y la titular de la entidad bancaria, Felisa Miceli.?

En ese marco, De Vido precisó que la propuesta se enmarca en un programa de inversión de tres años para incorporar las unidades navales durante el próximo lustro.?

Destacó que estos barcos están destinados "a satisfacer las necesidades actuales y pueda cumplir con el incremento de cargas que se producirá en el futuro, una vez concretadas las obras de la Hidrovía Paraguay-Paraná".?

De Vido remarcó que la iniciativa servirá para que "la industria naval argentina y la marina mercante se reactiven, generando nuevas perspectivas de crecimiento económico laboral en el área de su competencia y en el ámbito del Mercosur".?

Además, consideró que para la reactivación del sector se necesita la construcción de barcasas y remolcadores fluviales de empuje; buques fluviales, alimentadores de terminales marítimas; remolcadores para servicio asistencia de plataformas petroleras costa afuera; buques multipropósito para transporte de productos siderúrgicos, y buques tanque para el transporte de hidrocarburos.?

En tanto, Miceli aseguró que a partir del año próximo "los astilleros nacionales estarán trabajando con plena ocupación de su capacidad instalada, así como que contarán con una plataforma para su modernización y expansión, creándose 30 mil puestos nuevos de trabajo entre directos e indirectos". *Diario Gremial*, 17/09/04

A integração do Mercosul em novo patamar

A decisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de financiar a construção do gasoduto San Martín, na Argentina, pode ser avaliada, conjuntamente, como iniciativa oportuna para se evitar novas crises energéticas no país vizinho. A construção, que estará a cargo de empresas brasileiras e argentinas, com participações acionárias equilibradas, unirá a Patagônia a Buenos Aires e correrá paralela ao já existente, duplicando a sua capacidade de transporte de quatro para oito milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Orçado em US\$ 285 milhões, o projeto receberá do BNDES - que terá como beneficiária a Petrobras -, US\$ 70 milhões para a compra de tubos e US\$ 72 milhões para engenharia e obras civis; o restante será aportado por outras empresas petrolíferas e pelo Estado argentino. A decisão é fruto dos entendimentos, na semana passada, entre os governos argentino e brasileiro, a propósito do contencioso comercial entre os dois países desencadeado pela decisão de Kirchner de impor cotas à importação de eletrodomésticos fabricados no Brasil.

Mas o fato mais auspicioso que emergiu das negociações, anunciado na sexta-feira passada na capital da Argentina pelo presidente do BNDES, Carlos Lessa, é que o banco passará a tratar como "empresas nacionais" as empresas argentinas que lhe solicitarem crédito. A única restrição, segundo informou Lessa, é que as partes e os componentes têm de ser produzidos por empresas cujo capital seja controlado por firmas do Mercosul."

Esta é primeira vez que uma instituição financeira estatal nacional intervém como entidade transnacional no processo de integração do Mercosul - e é de registrar que uma tal iniciativa coloca nova ênfase nesse processo. A integração, como se sabe, é um ato político - ou, um processo de desenvolvimento integral - entre povos que buscam sua autodeterminação histórica como nação, para uma melhor qualidade de vida. Contempla liberalização comercial, adoção de tarifa externa comum e única, coordenação de políticas macroeconômicas e estabelecimento de acordos setoriais visando à integração das estruturas produtivas, incorporação de tecnologia, produção em escala, conquista de novos mercados, entre outras políticas.

Embora seja o projeto de integração com maior sucesso na história da cooperação econômica e política na América Latina, o Mercosul, depois de quinze anos de sua criação, encontra-se ainda muito distante de seus objetivos. Mantém-se de modo claudicante como união aduaneira em meio a pretensões de seus integrantes de fazê-lo avançar para um Mercado Comum. O recente contencioso comercial entre Brasil e Argentina, que se tornou conhecido como "guerra das geladeiras", revela a necessidade de se avançar na construção harmônica das respectivas estruturas produtivas para que o projeto inicial de integração efetiva ocorra.

Como mostrou a experiência da integração da União Européia, que teve origem em 1952 com a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, grandes projetos de integração entre países com o objetivo de desenvolvimento regional são postos em marcha a partir de sua integração física, mediante projetos comuns energéticos, de transportes e outros. O próprio Mercosul, cujos países membros compartilham o espaço de uma mesma bacia hidrográfica, foi precedido de um empreendimento binacional na área energética - Itaipu.

Apesar das dificuldades no caminho da integração, o Mercosul é uma realidade econômica de dimensões continentais: uma área total de mais de 11 milhões de km², um mercado de 200 milhões de habitantes e um PIB conjunto de mais de US\$ 1 trilhão, o que o coloca entre as cinco maiores economias. O bloco dispõe de enorme potencial econômico, ainda por realizar. Esse potencial depende, no entanto, para seu pleno desenvolvimento, de investimentos na sua infra-estrutura física. Atentos a isso, os países membros se vêm dedicando à elaboração de grandes projetos de integração energética, rodoviária, ferroviária e hidroviária, para os quais se prevêem investimentos de cerca de US\$ 100 bilhões.

Crises da dívida, associadas a acentuada instabilidade macroeconômica interna, especialmente no Brasil e na Argentina, na década de 90, colocaram em segundo plano as propostas de integração física, planejadas em anos menos turbulentos. A situação atual de ambos os países não é de plena bonança. O Brasil patina em taxas medíocres de crescimento há dez anos, enquanto a Argentina negocia a recuperação de sua credibilidade financeira externa. Mas a decisão do BNDES, de apoiar um projeto bionacional na área energética, faz lembrar que a vontade de integração permanece atual. Editorial da Gazeta Mercantil 21/09/04

Llama Victor de Gennaro a acabar con el genocidio creado por la desigualdad

El secretario general de la opositora Central de los Trabajadores Argentinos (CTA), Víctor de Gennaro, abogó por una mejor distribución de la riqueza y fustigó los planes asistenciales para combatir la pobreza.

De Gennaro se pronunció por el cese del 'genocidio que crea la planificación de las desigualdades sociales', a través de una distribución más equitativa de los recursos en este país sudamericano.

Entrevistado por la agencia oficial de noticias Télam, el sindicalista estatal criticó el programa económico del gobierno del presidente Néstor Kirchner, en particular sus políticas asistenciales de ayuda en la lucha contra el hambre.

Tras denunciar el saqueo a los argentinos por parte del Fondo Monetario Internacional, el líder de la CTA estimó que no es posible seguir pagando una ilegítima e ilegal deuda externa, sobre todo después del rol de los organismos financieros en la década de 1990.

Al respecto recordó que esas entidades de crédito fueron cómplices de la desgracia social y por tanto no pueden ser acreedores privilegiados.

En su opinión, con apenas el cinco por ciento del Producto Interno Bruto se terminaría el drama de la pobreza que padecen millones de sus compatriotas, por lo que se impone utilizar el superávit fiscal para resolver esa realidad.

En otro tramo del reportaje, el dirigente obrero destacó que luego de la crisis de 2001 en Argentina y Latinoamérica, se produjo un avance de los sectores populares y de la organización social en la base de la comunidad.

Defendió la democratización del sistema judicial, el cual, precisó, continúa 'criminalizando' la protesta social en lugar de juzgar a quienes 'vaciaron la Argentina'.

De Gennaro declaró que 'Argentina es gobernada por los mismos grupos económicos que administran a las 500 empresas que más facturan y, el 73 por ciento de ellas, tiene sede en el exterior'.

Denunció que esos consorcios manejan a 'sectores partidarios, institucionales, judiciales, de comunicación e intelectuales', por lo cual la construcción de 'un nuevo poder pasa por unificar a todos aquellos que luchan por otro país'. (Argenpress, 26/09/2004)



Mercocidades/Mercociudades - edita um boletim mensal com notícias do Mercosul, das administrações Municipais e das atividades realizadas pela rede.

A solicitação do boletim pode ser feita a Secretaria Técnica Permanente das Mercocidades – stpm@prodo.imm.gub.uy - ou diretamente na pagina Web: www.mercociudades.org

Apoio

CAW, CLC, USWA-CA, CGT / Fr, CFDT, CGIL, CCOO, Solidarity Center / AFLCIO